

E. Hobsbawm, **Uncommon People**, Nova Iorque, The New Press, 1998.

A nova obra de Eric Hobsbawm não é um grande livro, mas é um livro interessante. Trata-se de um conjunto de 26 ensaios, escritos entre o início de 1950 e os meados de 1990, que vão desde as lutas dos artesãos nos primórdios da revolução industrial até à evocação do primeiro 1.º de Maio, da vida do bandido siciliano Salvatore Giuliano a uma análise do Vietname, das ocupações de terras no Perú a escritos sobre *jazz*.

Nascido em Alexandria em 1917, Eric Hobsbawm foi educado na Áustria, Alemanha e Inglaterra, falando, por conseguinte, várias línguas, o que lhe permitiu ter acesso a fontes que os seus colegas raramente conseguiam ler. Por outro lado, este historiador beneficiou da cultura vienense de entre as guerras, então no seu apogeu. Esta cultura, por ele tão bem descrita no início do seu livro *The Age of Empire, 1875-1914*, impede-o de ser um marxista vulgar. De facto, por muito irritantes que tenham sido algumas das suas posições após a queda do muro de Berlim, Hobsbawm nunca consegue, mesmo quando o tenta, ser estúpido. O humor, o prazer da escrita, o hábito de uma vida de investigação, impedem-no de ser escravo de uma ortodoxia. No fim de uma vida dedicada à «causa» não lhe terá apetecido mudar de campo. Ou, suspeita-se, quis desafiar tudo e todos.

Poucos são os ensaios que se debruçam sobre o mundo após a queda da URSS. Curiosamente, um deles é

a palestra proferida em Sevilha, em 1992, por ocasião das celebrações da chegada de Cristóvão Colombo à América, na qual ele explica o motivo pelo qual se recusara a assinar, no México, um protesto contra Colombo: «Compreendia os sentimentos que inspiravam o gesto, e até por eles tinha alguma simpatia, mas parecia-me então, e ainda me parece hoje, que o único objectivo de protestar contra algo que acontecera há um milénio e meio atrás era a obtenção de um bocado de publicidade para uma causa de 1992 mais do que de 1492.» Hobsbawm raramente deixa de pensar pela sua cabeça. É por isso que os seus livros são eminentemente legíveis.

Como o autor diz no prefácio, esta sua obra fala quase só da espécie de gente em quem ninguém repara, isto é do povo miúdo. Hobsbawm argumenta que, como defendeu E. P. Thompson, estes indivíduos devem ser resgatados do esquecimento. Se, como indivíduos, podem ter tido pouco peso na evolução histórica, *colectivamente*, contaram e muito. Especialmente no século xx, as suas lutas a história. É por isso que, ironicamente, Hobsbawm decidiu dar ao livro o título de *Uncommon People*.

A obra divide-se em quatro secções: os capítulos 1-10 falam da tradição radical em Inglaterra, os 11-13 do campesinato tradicional, os 14-18 da história contemporânea e os 19-25 de *jazz*. Sobre estes últimos, dado ser analfabeta na matéria, não posso pronunciar-me. De entre os outros, há muito por onde escolher. O ensaio

«The machine-breakers», pela primeira vez publicado na revista *Past and Present* em 1952, é um clássico. Dentro do domínio dos estudos operários, o artigo, assinado a meias com Joan W. Scott, sobre a militância dos sapateiros nos primeiros tempos da revolução industrial, é interessante, bem como a *Ford lecture*, que Hobsbawm proferiu na Universidade de Oxford, em 1981, sob o título «The making of the working class, 1870-1914», na qual retoma o tema onde E. P. Thompson o tinha deixado.

Hobsbawm não partilha do espírito do tempo quando, no ensaio «Man and woman: images on the left», argumenta ser absurdo desenvolver um ramo disciplinar, dentro das ciências sociais, dedicado exclusivamente ao estudo das mulheres. Os erros do passado, que admite, não se corrigem, segundo ele, com este tipo de disparates. Para aqueles que estudam os movimentos camponeses, os dois artigos «Peasants and politics» (publicado pela primeira vez em 1973 no *Journal of Peasant Studies*) e o «Peasant land occupations» (originariamente publicado no *Past and Present* em 1974) são essenciais.

Num tom mais ligeiro, temos o artigo «Revolution and sex» (publicado em 1969 no *New Society*), em que Hobsbawm demonstra que as convenções sobre o que é aceitável no que diz respeito ao comportamento sexual não têm uma relação directa com os sistemas políticos ou sociais. O autor afirma que certos sistemas classistas podem impor convenções sexuais rigorosas, en-

quanto outros não se preocupam minimamente com este aspecto: «Pelo facto de possuir templos nos quais exhibia uma enorme variedade de actividades sexuais apresentada da forma mais tentadora possível, a sociedade hindu não era, de forma alguma, mais livre ou igualitária do que a comunidade dos não-conformistas do País de Gales, a qual, pelo menos em princípio, impunha aos seus membros restrições rígidas. Tudo o que podemos deduzir desta diferença cultural é que os hindus piedosos que desejassem variar a sua rotina sexual podiam aprendê-lo a fazer de uma forma muito mais fácil do que os galeses devotos.» Para o autor, se fosse possível estabelecer uma relação entre o domínio de classe e a liberdade sexual, até seria, possivelmente, no sentido de, quanto mais classista, mais liberal nos costumes, pois à classe dirigente convinha que os cidadãos se entretivessem em actividades sexuais imaginativas, a fim de retirarem do seu espírito outro tipo de preocupações. Embora geralmente se assuma que tal correlação existe, não há qualquer relação necessária, argumenta, entre censura política e moral.

Para todos os efeitos, diz a batalha pela liberalização sexual está ganha, o que não implica que a revolução social (eis o marxista puro e duro) tenha progredido um milímetro. O artigo termina numa nota pessimista. Hobsbawm acrescenta: «Apesar de não existir uma ligação intrínseca entre a permissividade sexual e a organização social, há, tenho de o reconhecer com mágoa, uma afinidade continuada entre revo-

lução e puritanismo.» Não existiria assim, na sua opinião, nenhuma organização ou regime revolucionários que não tivessem desenvolvido tendências puritanas. Certeiramente, escreve: «Qualquer pessoa que acredite que a moralidade dos velhos militantes anarquistas era livre e permissiva não sabe do que está a falar.» Para os anarquistas, o amor livre significava, como ele relembra, a abolição das bebidas, das drogas e a monogamia, sem o contrato formal do casamento. Ao longo dos tempos, relembra, os libertários acabaram sempre por ser vencidos pelos puritanos. Ou seja, «os Robespierres ganham sempre aos Dantons» (p. 231). O ensaio termina com Maio de 1968. Para o autor, os esplêndidos *graffitis* e os gritos dos estudantes de Paris acabaram por ser marginais: «Chocar o burguês é, infelizmente, muito mais fácil do que derrubá-lo.» Eric Hobsbawm *dixit*.

MARIA FILOMENA MÓNICA

Ignacio Ramonet, Géopolitique du chaos, Éditions Galilée, Paris, 1997, 161 páginas.

Épocas de transição e de aceleração da mudança, como esta que vivemos, estão sempre imbuídas de genuínos vectores de esperança no futuro. Porém, são também simultaneamente palco de maciças operações de propaganda e de mistificação quanto aos meios e aos fins a atingir.

De certo modo, a frase perturbante de Paul Valéry que serve de co-

bertura à apaixonada reflexão de Ignacio Ramonet sobre a geopolítica do caos (citada logo no início do texto, a seguir à introdução), «duas coisas ameaçam o mundo: a ordem e a desordem», estrutura e suporta a análise da sociedade contemporânea que o autor efectua ao longo de nove capítulos, que terminam num posfácio sobre o «modelo do arquipélago».

Trata-se, pois, de um livro que aborda o problema das dinâmicas da fusão e da fissão, da cooperação e da fragmentação, da articulação e da fractura. E que coloca as crescentes diferenças na criação e na repartição da riqueza (através de todo o espaço planetário) no centro da aparente agonia da capacidade intelectual da civilização ocidental. Aponta como características definidoras do presente as metamorfoses do poder (de formas autoritárias, hierárquicas, verticais, para outras mais complexas, negociadas, reticulares, horizontais), os conflitos e ameaças de novo tipo (regionais, mafiosos, clandestinos), o aumento das desigualdades e das discriminações, a globalização da economia, a emergência de novos senhores do mundo, o saque dos recursos naturais pelos poderosos, o assalto das cidades ao espaço habitável, a revolução nas comunicações, bem como os significativos avanços científicos e tecnológicos. Para concluir, em termos interrogativos, se a responsabilidade da cultura e o papel dos intelectuais não os obrigará, necessariamente, à acção.

Tema fascinante, consequente, penetrante. Mas a contribuição mais importante de Ramonet é trazer